

UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DE PERNAMBUCO  
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS SOCIAIS  
BACHARELADO EM CIÊNCIAS SOCIAIS

JULIA CAVALCANTE DE LIMA

**A CIÊNCIA É MASCULINA? CONSIDERAÇÕES SOBRE A PRODUÇÃO DOCENTE DO  
CURSO DE AGRONOMIA DA UFRPE**

RECIFE  
2022

JULIA CAVALCANTE DE LIMA

**A CIÊNCIA É MASCULINA? CONSIDERAÇÕES SOBRE A PRODUÇÃO DOCENTE DO  
CURSO DE AGRONOMIA DA UFRPE**

Artigo científico apresentado ao Curso de Bacharelado em Ciências Sociais da Universidade Federal Rural de Pernambuco como requisito para a obtenção do título de Bacharel em Ciências Sociais, sob a orientação da Profa Dra Maria do Rosário de Fátima Andrade Leitão.

RECIFE  
2022

JULIA CAVALCANTE DE LIMA

**A CIÊNCIA É MASCULINA? CONSIDERAÇÕES SOBRE A PRODUÇÃO DOCENTE DO  
CURSO DE AGRONOMIA DA UFRPE**

Artigo científico apresentado ao Curso de Bacharelado em Ciências Sociais da Universidade Federal Rural de Pernambuco como requisito para a obtenção do título de Bacharel em Ciências Sociais.

**BANCA EXAMINADORA:**

Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. Maria do Rosário de Fátima Andrade Leitão.  
Orientadora (UFRPE - Departamento de Ciências Sociais)

Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. Gabriella Maria Lima Bezerra  
Examinadora (UFRPE - Departamento de Ciências Sociais)

Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. Alessandra Uchôa Sisnando  
Examinador (UFRPE - Departamento de Ciências Sociais)

A todas as mulheres que pavimentaram o  
caminho para a ciência.

## AGRADECIMENTOS

O último capítulo de uma longa história está sendo encerrado, e com isso surge a necessidade de agradecer a quem me acompanhou nessa árdua jornada.

Agradeço aos meus pais, Nadjane e Juraci, por todo apoio e incentivo, não apenas na graduação, mas em todos os aspectos da minha vida.

Aos meus irmãos, Felipe, Mateus e Josué, por estarem presentes e me ajudando no que eu precisei.

A Maria do Rosário, minha orientadora, pela paciência, ensinamentos, acolhimento e ajuda, por ter me apresentado o tema no PIBIC e expandido para este artigo, e acima de tudo por ter acreditado que eu seria capaz.

Aos professores Paulo Afonso e Tarcísio Augusto, pelas conversas e contribuições ao projeto de pesquisa durante as aulas das disciplinas de Métodos Qualitativos e de Métodos Quantitativos de Pesquisa Social.

Aos meus amigos e namorado, por terem me acompanhado nos altos e baixos desses últimos tempos.

As minhas colegas da pesquisa “Mulher e Ciência: reflexão sobre a produção docente de mulheres e homens na UFRPE” pelas leituras, debates e trocas de experiência que me permitiram desenvolver a temática.

As mulheres cientistas que existiram e resistiram, mesmo quando não parecia possível, esse trabalho só foi possível graças à (r)existência dessas mulheres.

Por fim, e talvez um pouco egocêntrico, mas gostaria de agradecer a mim mesma por, apesar de tudo, ter insistido, acreditado não apenas em mim mesma, mas também naqueles que acreditaram que eu conseguiria.

## **RESUMO**

Este artigo científico analisa, a partir da conceitualização de gênero como uma forma de compreender os relacionamentos e comportamento dos indivíduos, como se dá a produção docente do Departamento de Agronomia (DEPA) da Universidade Federal Rural de Pernambuco (UFRPE). Para tanto, primeiramente houve uma revisão bibliográfica sobre a desigualdade de gênero no campo científico, fomentando a base teórica. Durante a pesquisa, foi feita uma coleta de dados através de observações nos Currículos Lattes dos professores. A partir disso, foi possível compreender que algumas áreas ainda são domínios masculinos, além disso, as mulheres continuam sendo minoria em cargos mais altos. Apesar do aumento da presença feminina na ciência com o passar dos anos, ainda estamos longe de podermos considerar os campos acadêmicos como igualitários para homens e mulheres.

Palavras-chave: Gênero e ciências. Mulheres. Carreira científica. Agronomia. UFRPE.

## **ABSTRACT**

This scientific article analyzes, from the conceptualization of gender as a way of understanding the relationships and behavior of individuals, the production of the professors of the Department of Agronomy (DEPA) of the Federal Rural University of Pernambuco (UFRPE). For that, first there was a bibliographic review on gender inequality in the scientific field, to foster the theoretical basis. During the research, a data collection was made through observations in the Lattes Curriculum of the teachers. From this, it was possible to understand that some areas are still male domains, in addition, women continue to be a minority in higher positions. Despite the increase in the female presence in science over the years, we are still far from being able to consider academic fields as egalitarian for men and women.

Keyword: Gender and science. Women. Scientific career. Agronomy. UFRPE

<b>INTRODUÇÃO.....</b>	<b>9</b>
<b>1 A MULHER NA CIÊNCIA: UM HISTÓRICO DE DESIGUALDADES.....</b>	<b>12</b>
<b>2 A MULHER NO ENSINO SUPERIOR.....</b>	<b>16</b>
<b>3 A INCLUSÃO FEMININA NA AGRONOMIA.....</b>	<b>20</b>
<b>4 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....</b>	<b>24</b>
<b>5 REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....</b>	<b>25</b>

## INTRODUÇÃO

A partir do século XX, o movimento feminista foi tomando forma e com isso, em meados da década de 1970, estudos sobre a mulher enquanto sujeito histórico começam a ser desenvolvidos, e o gênero passa a ser um ponto crucial no debate entre as relações de homens e mulheres. No Brasil, a organização de mulheres como movimento político e social existe desde a década de 1970 (ALVES; ALVES, 2013). Na ciência, não seria diferente. O “ser” cientista é descrito com atributos frequentemente vistos como masculino: a mente é do homem e o corpo da mulher (LIMA, 2008).

As participações femininas na ciência vêm se amplificando com o passar do tempo, porém, é perceptível que ocorrem de maneira heterogênea em determinados segmentos científicos. Segundo Felício (2010) citado por Silva e Ribeiro (2014), às mulheres demonstram tendências a ingressar na ciência através de determinados campos específicos, como Psicologia, Linguística ou Enfermagem, tais áreas são consideradas como “guetos femininos”.

Isso fica traduzido ao observamos o contraste da presença feminina nas áreas de humanas/saúde e nas exatas: enquanto nas primeiras elas são a maioria - em alguns casos representam uma enorme parcela, como nas graduações presenciais das Ciências Sociais e Comportamentais, com 70,4% - na última elas possuem uma participação mínima - como Computação e Tecnologias da Informação e Comunicação, sendo apenas 13,3% (IBGE, 2021).

É também possível analisar que apesar de numericamente a participação feminina na ciência tenha aumentado, o avanço na carreira científica ainda é, proporcionalmente, maior para homens do que para mulheres.

O trabalho docente é, muitas vezes, categorizado como uma função feminina. Segundo o primeiro Censo do Professor, no Ensino Básico (Educação Infantil, Ensino Fundamental e Ensino Médio), 85,7% dos professores eram mulheres (VIANNA, 2002). Entretanto, de acordo com o IBGE (2021) as mulheres ainda são ligeiramente minoritárias entre os docentes do ensino superior no Brasil, em 2019, elas eram pouco menos da metade dos professores desse nível de ensino.

O curso de Agronomia é um dos pilares fundadores da UFRPE: juntamente com Medicina Veterinária, foram as primeiras formações a serem oferecidas pela universidade. Fomentada em 1912, sob a liderança de Dom Pedro Roeser - o Abade do Mosteiro de São Bento - e pelos monges beneditinos Dom Plácido de Oliveira, Dom Bento Pickel, Dom Pedro Bandeira de Melo e Dom Agostinho Ikas, liderados por Dom Pedro Roeser, a futura Universidade Federal Rural de Pernambuco foi criada com o nome de Escolas Superiores de

Agricultura e Medicina Veterinária São Bento, tendo sua aula inaugural efetuada em 1º de fevereiro de 1914.<sup>1</sup> Atualmente, o departamento de Agronomia da UFRPE é composto por 47 docentes, sendo 32 homens e 15 mulheres, representando então 29,08% do corpo docente total.

2

O interesse pelo tema docente no ensino superior de Agronomia na UFRPE foi fomentado ao participar como Bolsista de Iniciação Científica (PIBIC CNPq/UFRPE) no projeto “Mulher e Ciência: reflexão sobre a produção docente de mulheres e homens na UFRPE”, sob a coordenação da professora Maria do Rosário de Fátima Andrade Leitão. O objetivo da pesquisa se fundamenta na análise da produção dos docentes da universidade, propondo a partir dessa investigação uma reflexão, seguindo o conceito de Joan W. Scott (1995), que definiu gênero como uma ferramenta analítica.

Diante do que foi dito, o artigo utiliza dessas justificativas, acima mencionadas, para respaldar a temática estudada, problematizando sociologicamente a partir da quantificação da produção docente do curso de Agronomia na UFRPE. Para tal, foi preciso acessar o site do departamento de Agronomia<sup>3</sup>. Além disso, a Plataforma Lattes<sup>4</sup> serviu como instrumento de busca dos currículos dos docentes analisados. Por conseguinte, aplicamos um marco temporal, onde observamos as produções feitas entre os anos de 2014 e 2019.

A metodologia utilizada foi a qualitativa, visto que observamos e ponderamos os dados colhidos, apoiando-se nos conceitos de Gênero e Divisão Sexual do Trabalho para problematizar as informações adquiridas. Gênero, apesar de suas várias definições, pode ser conceituado como a construção social do que é masculino e feminino (CASTRO; SANTOS; SANTOS, 2018). A divisão sexual do trabalho, por sua vez, pode ser definida como as dissemelhanças no papel produtivo e social dos homens e mulheres (HARTMANN, 2018).

Inicialmente executamos uma revisão bibliográfica em acervos eletrônicos como a Plataforma Lattes, o Google Acadêmico<sup>5</sup>, a Scientific Electronic Library Online (SciELO)<sup>6</sup>, além dos sites da própria UFRPE.

Derivando dos referenciais necessários, formulou-se algumas perguntas, sendo o questionamento central: **Partindo da questão de gênero como forma de análise, o que os Currículos Lattes das professoras nos informam sobre a docência em áreas predominantemente masculinas - como a Agronomia?**

---

<sup>1</sup> Disponível em: <http://www.ufrpe.br/br/content/mem%C3%B3ria>

<sup>2</sup> Disponível em: <http://depa.ufrpe.br/br/docentes>

<sup>3</sup> Disponível em: <http://depa.ufrpe.br/br/docentes>

<sup>4</sup> Disponível em: <http://buscatextual.cnpq.br/buscatextual/busca.do?metodo=apresentar>

<sup>5</sup> Disponível em: <https://scholar.google.com.br/?hl=pt>

<sup>6</sup> Disponível em: <https://scielo.org/>

O trabalho será apresentado em três partes: 1) A mulher na ciência: um histórico de desigualdades; 2) A mulher no ensino superior; 3) A inclusão feminina na Agronomia, além da introdução e considerações finais.

## 1 A MULHER NA CIÊNCIA: UM HISTÓRICO DE DESIGUALDADES

A desigualdade de gênero está intrinsecamente conectada às esferas de existência dos indivíduos - a pública e a privada. Na primeira, os aspectos considerados masculinos são os exaltados: o ser público, é racional, forte, líder, inteligente etc. Na segunda, o lugar atribuído às mulheres, numa posição hierárquica subjugada ao homem, estão: o lar, as relações afetivas, o sentimentalismo, a fragilidade, etc. Segundo Aboim (2012, p. 106):

Em primeiro lugar, o feminismo contribuiu largamente para desconstruir visões do público e do privado como esferas neutras. Pelo contrário, mostrou que é nessa relação que as desigualdades de gênero são produzidas. Em segundo lugar, para além de descobrir o carácter generificado do binómio público-privado, um dos pontos fortes da argumentação feminista consistiu em chamar a atenção para a forma como o privado foi desvalorizado na construção política das sociedades. Por conseguinte, fazer do privado – domínio privilegiado de uma ordem de género patriarcal que pressupõe, como sabemos, a dominação do masculino sobre o feminino – um assunto público é tarefa essencial no processo de obtenção de igualdade social.

No Brasil, até a década de 1940, a ocupação definida como missão e conseqüentemente naturalizada para uma mulher era a doméstica, isto é, a tarefa de cuidar - dos filhos, do marido, da família, da casa - com excessão das mulheres não brancas, que precisavam desenvolver trabalhos laboriais de pouca qualificação e prestígio. Por isso, os ofícios, quando lhes era dado o direito às mulheres exercerem, eram voltados para o cuidado - como professora ou enfermeira (CONCEIÇÃO; TEIXEIRA, 2020). Essas escolhas profissionais ainda continuam as mesmas, como observado por Carneiro e Saraiva (2021):

A maior parcela de mulheres com ensino superior, no entanto, ainda não mudou a realidade do perfil das profissões escolhidas, reforçando a existência de barreiras em determinadas áreas de conhecimento. Em cursos de graduação, elas são minoria entre os alunos nas áreas ligadas às ciências exatas e maioria entre as matrículas em áreas com bem-estar — que inclui o curso de serviço social (88,3%) —, saúde, excluindo medicina, (77,3%), ciências sociais e comportamentais (70,4%) e educação (65,6%), por exemplo. Por outro lado, representam apenas 13,3% dos alunos de Computação e Tecnologia da Informação e Comunicação (TIC) e 21,6% dos cursos de engenharia e profissões correlatas.

Essa distinção é observada também no campo de ensino: é notável que as mulheres tendem a escolher áreas de ingresso mais “femininas” e conseqüentemente, são também minoria na docência. Na UFRPE, verificamos isso quando identificamos o corpo docente da Universidade. Na Sede da Instituição, na qual existem, atualmente, 22 departamentos - Administração; Agronomia; Agronomia; Biologia; Ciência Florestal; Ciências do Consumo; Ciências Sociais; Computação; Economia; Educação; Educação Física; Engenharia Agrícola; Estatística e Informática; Física; História; Letras; Matemática; Morfologia e Filosofia Animal;

Pesca e Aquicultura; Química; Tecnologia Rural e Zootecnia<sup>7</sup> - em apenas seis destes departamentos há uma maioria feminina na docência, sendo eles, respectivamente com a porcentagem de professoras: Administração (57,07%); Biologia (68,09%); Educação (66,08%); História (66%), Letras (68%) e Tecnologia Rural (51,29%). Áreas como matemática, computação e estatística e informática, elas não representam nem 25% do corpo docente.

Os estereótipos comportamentais de homens e mulheres, isto é, o que se pode ou não fazer de acordo com gênero dos sujeitos são pré-estabelecidos, primeiramente, no convívio familiar, que se estende para o ensino infantil (FIÚZA; PINTO; COSTA, 2016). De acordo com Bortoletti (2022):

Um exemplo simples desses estímulos seriam os brinquedos dados à meninos e meninas, que enalteceriam diferentes habilidades. Por exemplo, aos meninos são dados brinquedos que estimulam a construção (blocos de montar e caixas de ferramentas) e atividades ao ar livre (como bolas e carrinhos, por exemplo). Já para as meninas, o brinquedo que as acompanha desde a primeira infância são as bonecas e o brincar de casinha, que estimulam o cuidado com terceiros, o uso da imaginação e da linguagem. Esses seriam, então, aprendizados que as meninas trariam desde a infância e que culminariam em elas optarem por cursos de humanas ou biológicas quando chegassem ao vestibular.

Com isso, o interesse pelo meio acadêmico de forma geral ou em algumas áreas em específico é afetado desde muito cedo. Segundo Fúzia, Pinto e Costa (2016, p. 806-807):

Os problemas que as mulheres enfrentam ainda hoje para se estabelecerem na ciência relacionam-se ao fato de o conhecimento e a cultura erudita serem associados com atributos masculinos. Estudos como o de Dubar (2005), voltados para a compreensão das identidades sociais e profissionais de homens e mulheres, observam que o ambiente de uma criança é um fator importante no refinamento de aptidões e na elaboração de futuros interesses. Os fatores que levam moças e rapazes a se interessarem por ou a rejeitarem a ciência como carreira são trabalhados desde muito cedo.

Outro aspecto importante de se apontar sobre a ingressão da mulher na esfera pública, é como, para elas, a socialização e a naturalização de papéis femininos e masculinos, mesmo com um curso superior ou uma carreira profissional, ainda é considerada um complemento, não uma prioridade, a partir do modelo patriarcal. O qual define o homem como provedor do lar, é idealizado que cabe a ele ter um trabalho remunerado, ser o “chefe” da casa. Para a mulher, a princípio, não lhe é cobrado atuar fora do eixo privado, e caso aconteça, a principalidade sempre deve ser os afazeres domésticos, ou seja, se amplia sua atuação ao público, haverá que dar conta de duas ou três jornadas de trabalho. A combinação de mulher e cientista se torna uma soma difícil de ser executada, de acordo com Lima (2008, p.72):

Conjugar ciência no feminino não é fácil, são dois mundos opostos na dicotomia do público/privado que, com base na complementaridade sexual, definem espaços engendrados, onde o mundo público é operado segundo valores masculinos e o mundo privado segundo valores femininos. O que é definido como apropriado e instrumental em uma cultura, é desapropriado e inútil em outra.

---

<sup>7</sup> Disponível em: <http://www.ufrpe.br/br/content/departamentos-acad%C3%A4Amicos>

Apesar dos inúmeros empecilhos que as mulheres enfrentam para se estabelecerem no meio científico, algumas delas conseguem ser exceções e se destacarem nas suas áreas de trabalho. Em 2022, a biomédica paulistana Helena Nader se tornou a primeira mulher a presidir a Academia Brasileira de Ciências (ABC) - a primeira em 105 anos de instituição<sup>8</sup>. A Associação Brasileira de Engenharia Agrícola (SBEA), conta atualmente com uma vice-presidente - Gizele Ingrid Gadotti, e uma diretora executiva - Teresa Cristina Tarlé Pissarra<sup>9</sup>. Em 2018, Maria Urbana Corrêa Nunes foi a primeira mulher condecorada como agrônoma do ano, em Sergipe<sup>10</sup>. Na física, em 2021 Débora Peres Menezes foi eleita presidente da Sociedade Brasileira de Física (SBF), após 55 anos de existência da organização<sup>11</sup>.

O percentual de mulheres que desenvolvem pesquisa no Brasil é de 43,7%, de acordo com o CNPq, entretanto, “dados da Unesco mostram que apenas 5% a 10% das mulheres no mundo galgam funções de responsabilidade no campo das ciências” (ZATZ, 2021). Para reverter essa situação, existem vários projetos que visam o incentivo e inclusão de meninas e mulheres na ciência, principalmente em campos onde as cientistas são minoria, como é o caso do Programa Futuras cientistas, que visa o “desenvolvimento do pensamento e de atividades científicas transdisciplinares das Ciências da Natureza e suas Tecnologias” em Pernambuco<sup>12</sup>; O Projeto “Meninas na Ciência”- um programa de extensão do Instituto de Física da UFRGS - que tem como objetivo atrair meninas para as carreiras de Ciência e Tecnologia e estimular as mulheres já existentes nessas áreas<sup>13</sup>; no Amazonas, O Projeto Cunhatã Digital - desenvolvido pelo Instituto de Computação da Universidade Federal do Amazonas (Icomp/Ufam) - busca o aumento quantitativo de mulheres nas áreas de exatas - com foco na tecnologia e computação<sup>14</sup>; a USP tem o evento “Vai Ter Menina na Ciência”, com o intuito de incentivar meninas do fundamental 2 até o ensino médio a seguir carreiras nas áreas de Ciência, Tecnologia, Engenharia e Matemática<sup>15</sup> A Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC) criou em 2019 o prêmio Prêmio Carolina Bori Ciência & Mulher; a condecoração - que leva o nome de sua primeira presidente mulher, Carolina Martuscelli Bori - busca homenagear as cientistas e futuras cientistas brasileiras em destaque<sup>16</sup>.

---

<sup>8</sup> Disponível em: <https://revistagalileu.globo.com/Ciencia/noticia/2022/03/helena-nader-1-mulher-presidir-academia-brasileira-de-ciencias.html>

<sup>9</sup> Disponível em: <https://www.sbea.org.br/institucional/nossa-diretoria>

<sup>10</sup> Disponível em: <https://www.embrapa.br/busca-de-noticias/-/noticia/38511080/primeira-mulher-condecorada-como-agronoma-do-ano-em-sergipe>

<sup>11</sup> Disponível em: <https://claudia.abril.com.br/educacao/mulher-presidente-sociedade-brasileira-fisica/>

<sup>12</sup> Disponível em: <https://www.gov.br/cetene/pt-br/areas-de-atuacao/futuras-cientistas>

<sup>13</sup> Disponível em: <https://www.ufrgs.br/meninasnaciencia/>

<sup>14</sup> Disponível em: <https://cunhantadigital.icomp.ufam.edu.br/>

<sup>15</sup> Disponível em: <http://meninaciencia.each.webhostusp.sti.usp.br/>

<sup>16</sup> Disponível em: <http://portal.sbpcnet.org.br/premio-carolina-bori-cienciamulher/>

Iniciativas que são resultado da luta dos movimentos feministas e das conferências internacionais da mulher, na qual valorizam a importância dada à educação para mulheres e meninas, contribuindo no avanço de acesso aos direitos humanos das mesmas.

## 2 A MULHER NO ENSINO SUPERIOR

Os indicativos dos últimos anos mostram que a presença feminina no ensino superior tem aumentado com o tempo. Entretanto, embora numericamente a participação feminina no meio acadêmico tenha aumentado, o avanço na carreira científica ainda é, proporcionalmente, maior para homens do que para mulheres. De acordo com Pereira e Favaro (2019, p. 5529):

A análise do percurso histórico das mulheres brasileiras no ensino revela que as mulheres enfrentaram diversas dificuldades para obterem o direito ao ensino, pois durante muito tempo a educação da maioria delas foi destinada apenas para o mundo privado. Atualmente, porém, constata-se que as mulheres ultrapassaram os homens no cenário educacional brasileiro em todos os níveis, na busca de garantias para que um dia possam ocupar um lugar de igualdade junto aos homens perante a sociedade, principalmente, no que se refere a sua atuação profissional.

Quando comparamos homens e mulheres, elas se mostram mais instruídas: em 2019 a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (PNAD Contínua) mostrou que entre a população com vinte cinco anos ou mais, 40,4% tinham até o fundamental incompleto, enquanto a taxa feminina ficou em 37,1%. Se olharmos para os dados do ensino superior, as mulheres também saem na frente: 19,4% contra 15,1% dos homens (IBGE, 2021).

Porém, um problema continua recorrente: as áreas de ingresso das mulheres ainda seguem os chamados “guetos femininos”, isto é, áreas de especialidade que são consideradas “para mulheres”. É o caso das ciências de bem-estar, que em 2019 as mulheres equivaliam a 88,3% dos estudantes de graduação presencial; se compararmos com formações “masculinas” como computação, tecnologias da Informação e Comunicação, as mulheres são meramente 13,3% dos discentes (IBGE, 2021). Este fenômeno foi observado por Carneiro e Saraiva (2021):

A maior parcela de mulheres com ensino superior, no entanto, ainda não mudou a realidade do perfil das profissões escolhidas, reforçando a existência de barreiras em determinadas áreas de conhecimento. Em cursos de graduação, elas são minoria entre os alunos nas áreas ligadas às ciências exatas e maioria entre as funções ligadas a cuidados e educação. As mulheres são mais da metade das matrículas em áreas como bem-estar — que inclui o curso de serviço social (88,3%) —, saúde, excluindo medicina, (77,3%), ciências sociais e comportamentais (70,4%) e educação (65,6%), por exemplo. Por outro lado, representam apenas 13,3% dos alunos de Computação e Tecnologia da Informação e Comunicação (TIC) e 21,6% dos cursos de engenharia e profissões correlatas.

Isso ocorre, principalmente, graças aos estereótipos de gênero que se perpetuam durante séculos. No período colonial, por exemplo, a educação da mulher era restrita a afazeres da casa e da família; elas eram vistas como seres inferiores, portanto, não havia necessidade de ensinar a ler ou escrever. A mulher pertencia ao privado, pois era o “sexo frágil”, cujo a função era o

trabalho doméstico e maternal. O homem, contudo, pertencia à esfera pública, pois possuía qualidades superiores, como força, intelecto, racionalidade etc. (PEREIRA; FAVARO, 2019).

O Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), órgão federal responsável pela divulgação de dados e informações do país<sup>17</sup>, possui duas edições do “Estatísticas de gênero: indicadores sociais das mulheres no Brasil”. O objetivo desse levantamento desses dados é seguir o Conjunto Mínimo de Indicadores de Gênero - CMIG (Minimum Set of Gender Indicators - MSGI), fundado em 2013 pela Comissão de Estatística das Nações Unidas (United Nations Statistical Commission). A sondagem utiliza-se de 63 indicadores (52 quantitativos e 11 qualitativos), com a finalidade de sistematizar informações sobre a igualdade de gênero<sup>18</sup>. A primeira publicação ocorreu em 2018 e a segunda em 2021.

A pesquisa publicada em 2018 é referente a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (PNAD Contínua) - que visa acompanhar mudanças de curto, médio e longo prazos, trazendo averiguações necessárias para o desenvolvimento socioeconômico do Brasil<sup>19</sup> - de 2016; já a editoração de 2021 foi feita baseando-se na PNAD Contínua de 2019.

As mulheres são, de acordo com dados da PNAD Contínua de 2019, a maioria: o número de mulheres no Brasil é superior ao de homens. A população brasileira é composta por 48,2% de homens e 51,8% de mulheres<sup>20</sup>.

Ainda que as mulheres enfrentem dificuldades para se inserir no mercado de trabalho ou para receber uma remuneração justa, os dados coletados mostram que elas são proporcionalmente mais instruídas que os homens, como divulgado pelo IBGE (2021, p.5):

A PNAD Contínua 2019 revelou que, entre a população com 25 anos ou mais, 40,4% dos homens não tinham instrução ou possuíam apenas fundamental incompleto, proporção que era de 37,1% entre as mulheres. Já a proporção de pessoas com nível superior completo foi de 15,1% entre os homens e 19,4% entre as mulheres.

Um dos motivos para a menor presença nas instituições de ensino ser masculina é a entrada precoce no mercado de trabalho. Em 2016, a taxa de frequência escolar líquida ajustada no ensino médio dos homens de 15 a 17 anos era de 63,2%, enquanto a das mulheres era 73,5%. Com isso, foi observado o nível de estudantes fora de sua faixa etária (IBGE, 2018, p.6):

Observa-se considerável desigualdade entre as mulheres por cor ou raça, fazendo com que as mulheres pretas ou pardas de 15 a 17 anos de idade apresentem atraso escolar

<sup>17</sup> Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/aceso-informacao/institucional/o-ibge.html>

<sup>18</sup> Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/estatisticas/multidominio/genero/20163-estatisticas-de-genero-indicadores-sociais-das-mulheres-no-brasil.html?edicao=20164&t=o-que-e>

<sup>19</sup> Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/habitacao/17270-pnad-continua.html?=&t=o-que-e>

<sup>20</sup> Disponível em: <https://educa.ibge.gov.br/jovens/conheca-o-brasil/populacao/18320-quantidade-de-homens-e-mulheres.html>

em 30,7% dos casos, enquanto 19,9% das mulheres brancas dessa faixa etária estão na mesma situação. Entretanto, o maior diferencial encontrado para o complemento desse indicador está entre as mulheres brancas e os homens pretos ou pardos na medida em que o atraso deles (42,7%) era mais do que o dobro do delas (19,9%) nesse caso.

Diante disso, é importante salientar que a inserção diminui se incluirmos o fator de raça, e a discrepância se torna mais visível; em 2015, a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) relatou que 54% da população brasileira se declara preta ou parda e de acordo com o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA) de 2014, apenas 11,8% dessa população ingressou no ensino superior, em comparação os brancos representam 24,9%, totalizando uma diferença de 52,6% entre as raças abordadas (FERREIRA, 2020). Em 2019 a divisão de gênero e raça entre pessoas de dezoito até os vinte e quatro anos era apresentada da seguinte forma (IBGE, 2021, p. 5):

Em 2019, mulheres pretas ou pardas entre 18 e 24 anos apresentavam uma taxa ajustada de frequência líquida ao ensino superior de 22,3%, quase 50% menor do que a registrada entre brancas (40,9%) e quase 30% menor do que a taxa verificada entre homens brancos (30,5%). A menor taxa ajustada de frequência escolar líquida se verificou entre os homens pretos ou pardos (15,7%).

Entre as mulheres com mais idade e experiência, a inclusão também é menor. Observando a população de vinte e cinco anos até sessenta e quatro, as mulheres possuem um maior índice de término do ensino superior, todavia, a partir dos sessenta e cinco anos, os homens possuem maior formação: 9,5% e 10,8% respectivamente (IBGE, 2021). Com isso, é possível perceber que as mulheres mais velhas sofrem mais atribuições para concluir uma formação superior.

Dessa forma, é possível perceber que mulheres mais jovens possuem maior formação do que as das gerações anteriores, visto que quanto mais idade, menor o número de mulheres formadas no ensino superior. Isso se dá por causa das restrições que as mulheres sofriam nas décadas passadas, impedindo sua ingresso e conclusão numa instituição de ensino superior.

Apesar de numericamente a participação feminina na ciência ter aumentado, o avanço na carreira científica ainda é, proporcionalmente, maior para homens do que para mulheres. Embora elas estejam mais presentes no ensino superior, as mulheres são minoria em cargos mais altos: em 2019, elas representavam 46,8% do corpo docente das instituições de ensino superior no Brasil (IBGE, 2021).

Concebemos então que as mulheres encontram empecilhos para se fixar na carreira acadêmica. Apesar de hoje representarem 54% discentes de doutorado, elas são apenas 24% dos beneficiários de um incentivo governamental concedido aos cientistas mais produtivos do país (a bolsa produtividade); na Academia Brasileira de Ciências (ABC), a situação é pior: somente 14% são mulheres (NEGRI, 2020), o que pode indicar uma dificuldade em ter

prestígio acadêmico e, como resultado, ter mais dificuldades em ingressar em cargos mais altos, como a docência no ensino superior.

### 3 A INCLUSÃO FEMININA NA AGRONOMIA

Em relatório publicado em 2016, a Organização das Nações Unidas (ONU), revelou que as mulheres são apenas 28% das pesquisadoras no mundo. Segundo a Organização das Nações Unidas (2016):

Em relatório recente, a agência da ONU revelou que, no mundo, as mulheres representam apenas 28% do conjunto de pesquisadores. O índice se torna menor conforme é avaliada a participação desse público em posições hierárquicas mais elevadas e atreladas à tomada de decisões. As mulheres também teriam menos acesso a financiamento, redes e cargos de destaque, conjuntura que as coloca em desvantagem para a publicação científica de alto impacto. Outro estudo das Nações Unidas, conduzido em 14 países, identificou tendências distintas entre homens e mulheres, no que tange à qualificação e formação superiores. Segundo a pesquisa, as probabilidades de uma mulher obter um diploma de bacharel, mestre e doutor em campos relacionados à ciência seriam de, respectivamente, 18%, 8% e 2%. Para os estudantes homens, os valores aumentariam, chegando a 37%, 18% e 6%.

No Brasil, a situação é melhor: as mulheres correspondem a 43,7% dos pesquisadores no país, de acordo com o Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) (BORTOLETTI, 2022). De acordo com Bortoletti (2022):

No CNPq, a curva é otimista e aponta que o número de mulheres pesquisadoras vai superar o de pesquisadores do gênero masculino dentro de uma década. Porém, o mesmo não acontece em cargos de liderança dentro da pesquisa científica [...] Segundo um relatório da Elsevier intitulado “A jornada do pesquisador através de lentes de gênero” divulgado em 2020, um estudo que envolveu 15 países, incluindo o Brasil, embora a participação feminina nas ciências exatas esteja aumentando, a desigualdade permanece quando o assunto são publicações, citações, bolsas concedidas e colaborações. Especificamente falando sobre as citações, trabalhos publicados por mulheres são citados com muito menos frequência do que os trabalhos publicados por homens.

A inserção feminina nos cursos superiores se deu de forma tardia, em partes, pois as mulheres não eram permitidas ingressarem em escolas, e quando elas conseguiam, o ensino era focado em formar uma dona de casa. Segundo Uchôas e Guimarães (2020, p. 52):

Os primeiros cursos que equivalem ao que conhecemos hoje como ensino superior foram trazidos pelos jesuítas e eram, na época, de colégios. O primeiro colégio foi fundado na Bahia, no ano de 1550. Embora os jesuítas tenham vindo ao Brasil com a missão de converter os indígenas à religião católica e dar apoio religioso aos colonos, a criação dos colégios tornou-se algo tão importante quanto à missão de conversão [...] as escolas para as meninas existiam em menor número. De forma geral, essas escolas também eram fundadas por ordens religiosas. Embora algumas ordens religiosas tenham se dedicado, especialmente, à educação de meninas órfãs, as mulheres das classes abastadas é que tinham mais acesso às escolas. Independentemente da classe social, a educação que as mulheres recebiam eram voltadas para formar uma mulher recatada, caseira e capacitada para dar boa educação aos filhos.

A história da Agronomia no Brasil é antiga, tendo se iniciado ainda no século XIX, devido a uma crise agrícola enfrentada na época. De acordo com Toscano (2003):

A ciência agrônômica surgiu no Brasil, na segunda metade do século XIX, resultante da gradativa extinção da escravidão, do declínio da cana-de-açúcar no Nordeste e da pecuária no sul. A aristocracia agrária em processo de decadência, no nordeste devido ao

deslocamento do eixo econômico do país para o sudeste, com a lavoura do café, pressionava continuamente o governo imperial, na busca de uma solução para o problema de mão-de-obra, comércio e competitividade de seus produtos agrícolas. Desta situação, nasceu em 1859 o Imperial Instituto Baiano de Agricultura, com o objetivo de desenvolver uma tecnologia capaz de substituir a mão-de-obra escrava e melhorar a produção das lavouras. No ano de 1875, também na Bahia, foi fundada a primeira escola de Agronomia no Brasil, na comunidade de São Bento das Lages. Esse curso está hoje integrado à Universidade Federal da Bahia, no campus de Cruz das Almas, no interior do estado.

Desde quando foi implementado no Brasil, o curso de Agronomia era feito e pensado de homens para homens - ao ser visto como uma área masculina, as mulheres, por muito tempo, não estavam presentes na agronomia. A história das Engenheiras Agrônomas brasileiras só começou em 1915, na Escola de Agricultura e Veterinária de Pelotas em Pelotas, Rio Grande do Sul - atual Universidade Federal de Pelotas (UFPel), onde a Dra. Maria Eulália da Costa colou grau e se tornou a primeira Engenheira Agrônoma do país, 40 anos após a criação da primeira escola de agronomia do Brasil. Segundo Lopes (2007, p. 71):

Um detalhe de suma importância a ser observado é que os primeiros cursos da área das Ciências Agrárias no Brasil foram considerados pela sociedade como dirigidos aos homens. Constituíam, portanto, profissões que as mulheres não deveriam seguir, segundo os padrões educacionais da época, perpassados pela família, pela escola e por outras instituições sociais e meios de comunicação. Reduto masculino, como observa Queiroz (2001), a Agronomia foi apropriada e – por que não afirmar – reapropriada pelas mulheres, que superaram os mitos da fragilidade feminina e de serem menos capazes para exercê-la.

Em Pernambuco, o ensino de engenharia agrônoma teve seu pontapé inicial em 1909, com a Escola de Agronomia de Socorro, com vínculo à Escola de Engenharia de Pernambuco (LOPES, 2007. p. 70). Em 1912, os Monges Beneditinos Dom Plácido de Oliveira, Dom Bento Pickel e Dom Pedro Bandeira de Melo, liderados pelo Abade do Mosteiro de São Bento, Dom Pedro Roeser fundaram as Escolas Superiores de Agricultura e Veterinária, sediadas no Mosteiro de São Bento de Olinda-PE; em 1947, a instituição passou a ser a Universidade Rural de Pernambuco (URP), sendo federalizada em 1967, tornando-se a Universidade Federal Rural de Pernambuco<sup>21</sup>. A primeira engenheira agrônoma de Pernambuco foi Ester Sara Feldmus; ela integrou uma turma de 22 alunos, onde era a única mulher, e colou grau em 1944 (LOPES, 2007).

Além da labiríntica integração nos locais de instrução, as mulheres também enfrentam problemas para integrar no mercado de trabalho, fenômeno que denominamos de divisão sexual do trabalho, que pode ser definida como as dissemelhanças no papel produtivo e social dos homens e mulheres (HARTMANN, 2018). Mulheres, historicamente, sofrem com dificuldades que os homens não experienciam; são empecilhos como o período da maternidade, onde há uma

<sup>21</sup> Disponível em: <http://www.ufrpe.br/br/content/ufrpe-celebra-105-anos-de-funda%C3%A7%C3%A3o-dos-primeiros-cursos-com-programa%C3%A7%C3%A3o-especial#:~:text=A%20UFRPE%20celebra%2C%20a%20partir,S%C3%A3o%20Bento%20de%20Olinda%20DPE.>

enorme cobrança para que as mães se dediquem completamente aos seus filhos; são atividades domésticas, que são tidas como obrigações femininas etc. Diante disso, as mulheres não dispõem do tempo para desenvolver-se na esfera pública, como cientistas e profissionais, o que faz com que a inserção e permanência no meio acadêmico seja muito mais complicada quando comparamos com as trajetórias dos homens que lá estão:

A inserção das mulheres no mercado de trabalho já aconteceu, inicialmente, em desvantagem aos homens seja porque ingressaram tardiamente quando as fábricas já eram guetos masculinizados, seja porque os homens por estarem há mais tempo trabalhando tiveram mais chances de se especializar em determinadas áreas. A condição da mulher, no mercado de trabalho, assim foi se concretizando. De tal forma que, ainda nos dias atuais, sofremos a consequência disso, pois são submetidas aos cargos dos baixos níveis hierárquicos, recebemos salários mais baixos, mesmo estando no mesmo nível hierárquico que os homens e tendo mais estudos, também estão submetidas a trabalhos com condições de maior flexibilização, além de terem grande dificuldade de serem promovidas a cargos de altos níveis hierárquicos claramente por conta da barreira que seu gênero impõe (Uchôas e Guimarães, 2020, p. 51-52)

É importante salientar que, além da problemática acerca da discussão de gênero, a presença feminina diminui mais ainda quando olhamos outros fatores: em 2019, mulheres pretas e pardas de dezoito aos vinte quatro anos compunham 22,3% do ensino superior, contra 40,9% das mulheres brancas e 30,5% de homens brancos (IBGE, 2021). Como observado por Gonçalves (2018, p. 359):

Quando examinamos o perfil racial das docentes e das docentes da Universidade de São Paulo (USP), por exemplo, percebemos um baixíssimo índice de professoras e professores negros. Somando pretas, pretos e pardas e pardos, chega-se a 1,83%. A porcentagem de docentes brancas e brancos, por outro lado, corresponde a 94,6% [...] esta não é uma particularidade da USP, embora se esperasse uma situação diferente por se tratar de uma Universidade pioneira na discussão racial desde a sua formação. O indicativo repete-se em várias Instituições de Ensino Superior.

A exclusão da mulher na Agronomia pode ser vista de duas formas: a horizontal e a vertical. A primeira trata-se da divisão da ciência, em que alguns campos são considerados femininos - como a Educação e Ciências Sociais - e outros masculinos - é o caso da Física e Agronomia, por exemplo. No segundo, partimos do conceito de “teto de vidro”, isto é, barreiras invisíveis, como a dupla jornada, gravidez etc., que impedem a mulher de alcançar posições mais altas nas suas carreiras profissionais (LIMA, 2008). Com isso, as mulheres cientistas das áreas de exatas enfrentam muito mais empecilhos, pois estão inseridas em um campo predominantemente masculino. Segundo Bortoletti (2022):

Um estudo do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira descobriu que quase 59% dos estudantes universitários do país são mulheres. Porém, quando o recorte da pesquisa foca em cursos de exatas, o número de mulheres matriculadas cai para 41%. Quando falamos das engenharias, esse número cai bastante, ficando em 29% de alunas (sendo que na engenharia mecânica, por exemplo, o número cai ainda mais: para 10% de mulheres).

Apesar dos esforços, a presença feminina ainda está longe de se equiparar à masculina na engenharia agrônoma; em 2019, elas eram apenas cerca de 14,4% dos engenheiros cadastrados no Conselho Federal de Engenharia e Agronomia (Confea), como foi apontado por Uchôas e Guimarães (2020, p. 54):

Atualmente, embora a inserção da mulher nesse mercado de trabalho tenha crescido consideravelmente, podemos perceber ainda uma grande diferença no número de mulheres e homens engenheiras (os) agrônomas (os). Através do Serviço de Informação ao Cidadão (SIC), no dia 16/01/2019, tivemos acesso ao número de profissionais ativos, isto é, cadastrados no conselho de classe da categoria, o Conselho Regional de Engenharia e Agronomia (CREA). Segundo o SIC, existem 208.833 engenheiras cadastradas no Conselho Federal de Engenharia e Agronomia (Confea). Em contrapartida, há um total de 1.239.095 engenheiros cadastrados.

Quando expandimos à verificação, vemos que essa realidade não é exclusiva do Brasil: dados de 2021 revelam que “em todo o mundo, as mulheres ainda representam apenas 28% dos graduados em engenharia” (NAÇÕES UNIDAS BRASIL, 2021).

Podemos, portanto, conectar a baixa inserção feminina na Agronomia como um dos fatores que podem prejudicar a produção acadêmica: dados de 2019 mostram que a produção bibliográfica publicada masculina era maior que a feminina, sendo 39,34% e 24,73%, respectivamente. Isso se repete quando observamos as orientações, nas quais as mulheres representam menos de 30%, sendo 23,34% das dissertações de mestrados, 24,89% das teses de doutorado e 24,63% das supervisões de pós-doutorado (MEDEIROS, 2019). Quando observamos as produções dos professores entre os anos de 2014 à 2019, as mulheres 25,4% dos trabalhos publicados: de 2.229 produções, elas são responsáveis por 566 publicações em números absolutos. Entretanto, a docente que mais produziu é uma mulher: a professora Vivian Loges, que possui 96 produções<sup>22</sup>.

É possível, conseqüentemente, atribuir a baixa produção das mulheres ensinadoras do curso de Agronomia UFRPE ao fato de que elas são minoria no corpo docente; o fato delas serem apenas um terço do departamento pode implicar numa menor quantidade de grupos de pesquisa por elas liderados, menos orientações e por conseguinte, menos publicações, uma vez que as docentes teriam que produzir três vezes mais para poder alcançar o número de produções, em números absolutos, feitas pelos seus colegas de trabalho no mesmo período.

---

<sup>22</sup> Disponível em: <http://lattes.cnpq.br/2053727463453766>

#### 4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O objetivo deste trabalho de conclusão de curso foi demonstrar que apesar dos avanços, nós ainda estamos longe de poder pressupor que o espaço científico é para todos. 78 anos após a colação de grau da primeira Engenheira Agrônoma, vemos que, apesar do número ter aumentado, a mulher ainda é uma minoria na agronomia.

A temática de desigualdade de gênero nos campos acadêmicos é ampla e é possível fazer diversos recortes teóricos a partir dela, como por exemplo, o fato de que mulheres não brancas, pobres ou que façam parte da comunidade LGBTQI+ irão enfrentar adversidades muito maiores do que as mulheres brancas, héteros, cisgênero e ricas. Desse modo, este trabalho é introdutório, visto que a problemática é demasiadamente mais densa do que foi abordado.

Trabalhamos com a noção de gênero como guia para compreender as relações sociais dos sujeitos, analisando a partir da questão de que homens e mulheres têm suas obrigações e funções pré-definidas a partir dos estereótipos que os rodeiam.

Ao observar a história das mulheres nas instituições de ensino, sobretudo as Engenheiras Agrônomas, é inegável que cada vez mais elas se fazem presente, e que também há incentivos para que as próximas cientistas e as já existentes continuem a prosperar em suas áreas. No entanto, por outro lado, a ciência continua sendo vista como um campo masculino, sobretudo aquelas que não pertencem aos “guetos femininos”.

Dito isso, é de extrema importância continuar debatendo, incentivando, ocupando e existindo nesses espaços que foram - e ainda são, em parte - negados às mulheres. Estamos longe de um meio científico ideal, mas estamos mais próximos do que há 78 anos.

## REFERÊNCIAS

- ABOIM, Sofia. Do público e do privado: uma perspectiva de gênero sobre uma perspectiva de gênero sobre uma dicotomia moderna dicotomia moderna. **Revista Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 20, n. 1, p. 95-117, 2012.
- ALVES, Ana Carla Farias; ALVES, Ana Karina da Silva Alves. As trajetórias e lutas do movimento feminista no Brasil e o protagonismo social das mulheres. *In: SEMINÁRIO CETROS, IV.*, 2013, Centro de Ciências Sociais Aplicadas da Universidade Estadual do Ceará. **Anais [...]**. Fortaleza: [s. n.], 2013. Tema: Neodesenvolvimentismo, Trabalho e Questão Social, p. 113-121.
- ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE ENGENHARIA AGRÍCOLA. **Nossa diretoria**. *In: SBEA*. Disponível em: <https://www.sbea.org.br/institucional/nossa-diretoria>. Acesso em: 6 mai. 2022
- BORTOLETTI, Mariana. **A participação das mulheres na ciência: cenário atual e possibilidades**. *In: EAD PUCPR (PR)*. 7 fev. 2022. Disponível em: <https://ead.pucpr.br/blog/mulheres-na-ciencia>. Acesso em: 18 maio 2022.
- CARNEIRO, Lucianne; SARAIVA, Alessandra. **IBGE: Mulheres têm mais acesso ao ensino superior, mas ainda são minoria em áreas como engenharia e TI**. *In: VALOR ECONÔMICO*. Rio de Janeiro: Globo, 4 mar. 2021.
- CASTRO, Ana Beatriz Cândido; SANTOS, Jakciane Simões dos; SANTOS, Jássira Simões dos. Gênero, patriarcado, divisão sexual do trabalho e a força de trabalho feminina na sociabilidade capitalista. *In: SEMINÁRIO CETROS, VI.*, 2018, Centro de Ciências Sociais Aplicadas da Universidade Estadual do Ceará. **Anais [...]**. For: [s. n.], 2018. Tema: Crise e mundo do trabalho no Brasil, p. 1-14.
- CONCEIÇÃO, J. M.; TEIXEIRA, M. R. F. . **Mulheres na Ciência: um estudo da presença feminina no contexto internacional**. *Tear: Revista de Educação, Ciência e Tecnologia*, v. 7, p. 1-18, 2018.
- CONCEIÇÃO, J. M.; TEIXEIRA, M. R. F. . **A produção científica sobre as mulheres na ciência brasileira**. *CONTEXTO & EDUCAÇÃO*, v. 35, p. 280-299, 2020.
- CURRÍCULO LATTES. **Busca textual**. Brasil. Disponível em: <http://buscatextual.cnpq.br/buscatextual/busca.do?metodo=apresentar>. Acesso em: 7 jul. 2021.
- CURRÍCULO LATTES. **Currículo do Sistema de Currículos Lattes (Vivian Loges)**. Brasil. Disponível em: <http://lattes.cnpq.br/2053727463453766>. Acesso em: 12 mai. 2022.
- EMBRAPA (ed.). **Primeira mulher condecorada como agrônoma do ano em Sergipe**. Sergipe, 15 ago. 2018. Disponível em: <https://www.embrapa.br/busca-de-noticias/-/noticia/38511080/primeira-mulher-condecorada-como-agronoma-do-ano-em-sergipe>. Acesso em: 6 maio 2022.
- FERREIRA, Nara Torrecilha. **Desigualdade racial e educação: uma análise estatística das políticas afirmativas do ensino superior**. *Educação em Revisa, Minas Gerais*, v. 36, p. 1-26, 2020. DOI <http://dx.doi.org/10.1590/0102-4698227734>. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/educ/a/cKtfPwXVvs4VvBgTw3FvWTL/?lang=pt>. Acesso em: 4 ago. 2021.

FIÚZA, Ana Louise de Carvalho; PINTO, Neide Maria de Almeida; COSTA, Elenice Rosa. Desigualdades de gênero na universidade pública: a prática dos docentes das ciências agrárias em estudo. **Educação e Pesquisa**, São Paulo, v. 42, n. 3, p. 803-818, 2016.

FUTURAS CIENTISTAS. Brasil. Disponível em: <https://www.gov.br/cetene/pt-br/areas-de-atuacao/futuras-cientistas>. Acesso em: 6 mai. 2022

GALILEU, Redação (ed.). **Helena Nader, a 1ª mulher a presidir a Academia Brasileira de Ciências: Após 105 anos de existência, a ABC elegeu sua primeira presidente**. A posse da bióloga e biomédica paulistana está prevista para o mês de maio. In: GALILEU, Revista (org.). Brasil, 30 mar. 2022. Disponível em: <https://revistagalileu.globo.com/Ciencia/noticia/2022/03/helena-nader-1-mulher-presidir-academia-brasileira-de-ciencias.html>. Acesso em: 5 maio 2022.

GONÇALVES, Renata. A invisibilidade das mulheres negras no ensino superior. **Revista do programa de Pós-Graduação em educação - Mestrado**, Santa Catarina, p. 350-367, 2018. DOI <http://dx.doi.org/10.19177/prppge.v12e222018350-367>. Disponível em: <https://portaldeperiodicos.animaeducacao.com.br/index.php/Poiesis/article/view/7358/4266>. Acesso em: 11 maio 2022.

GOOGLE ACADÊMICO. **Google Acadêmico**. Disponível em: <https://scholar.google.com.br/?hl=pt>. Acesso em: 7 jul. 2021.

HARTMANN, Priscilla dos Santos. **A presença da mulher no exercício profissional da engenharia agrônoma**: Uma análise na região de Missões do RS. Orientador: Mário José Puhl. 2018. 34 p. Trabalho de conclusão de curso (Bacharelado em Agronomia) - Universidade Federal da Fronteira Sul, Rio Grande do Sul, 2018.

IBGE. **Estatísticas de gênero: indicadores sociais das mulheres no Brasil**. Brasil. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/estatisticas/multidominio/genero/20163-estatisticas-de-genero-indicadores-sociais-das-mulheres-no-brasil.html?edicao=20164&t=o-que-e>. Acesso em: 10 mai. 2022.

IBGE. **Estatísticas de gênero: indicadores sociais das mulheres no Brasil**. 1º. ed. Rio de Janeiro: IBGE, 2018. 12 p. ISBN 9786587201511. Acesso em: 3 jan. 2022.

IBGE. **Estatísticas de gênero: indicadores sociais das mulheres no Brasil**. 2º. ed. Rio de Janeiro: IBGE, 2021. 12 p. ISBN 9786587201511. Acesso em: 27 jul. 2021.

IBGE. **O IBGE**. Brasil. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/aceso-informacao/institucional/o-ibge.html>. Acesso em: 10 mai. 2022.

IBGE. **PNAD CONTÍNUA**. Brasil. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/habitacao/17270-pnad-continua.html?=&t=o-que-e>. Acesso em: 10 mai. 2022.

IBGE EDUCA (Brasil). Quantidade de homens e mulheres. In: IBGE EDUCA (Brasil). **Conheça o Brasil: População**. Brasil, 2020. Disponível em: <https://educa.ibge.gov.br/jovens/conheca-o-brasil/populacao/18320-quantidade-de-homens-e-mulheres.html>. Acesso em: 18 maio 2022.

LIMA, Betina Stefanello. **Teto de Vidro ou Labirinto de Cristal? As Margens Femininas das Ciências**. Orientadora: Rita Laura Segato. 2008. 133 p. Dissertação (Pós-Graduação em História) - Universidade de Brasília, Brasília, 2008.

LOPES, Conceição. Mulheres pioneiras, mulheres de renome: As engenheiras agrônomas pernambucanas da primeira metade do século XX (Década de 40. *In: CONGRESSO BRASILEIRO DE BIBLIOTECONOMIA, DOCUMENTAÇÃO E CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO*, XXII., 2007, Brasília. *Anais [...]*. Recife: [s. n.], 2007. p. 65-82.

MEDEIROS, Glauce Margarida da Hora. **Discurso de mulheres docentes das ciências agrárias na UFRPE**. Dissertação (Mestre em Extensão Rural e Desenvolvimento Local) - Universidade Federal Rural de Pernambuco. Recife, p. 100. 2019.

NAÇÕES UNIDAS (Brasil). Mulheres representam apenas 28% dos graduados em engenharia. *In: NAÇÕES UNIDAS (Brasil). Notícia*. Brasil, 11 fev. 2021. Disponível em: <https://brasil.un.org/pt-br/111497-mulheres-representam-apenas-28-dos-graduados-em-engenharia>. Acesso em: 18 maio 2022.

NEGRI, Fernanda de. **Mulheres na ciência no Brasil: ainda invisíveis?** Brasil: IPEA, 5 mar. 2020. 1. Disponível em: <https://www.ipea.gov.br/cts/pt/central-de-conteudo/artigos/artigos/177-mulheres-na-ciencia-no-brasil-ainda-invisiveis>. Acesso em: 5 ago. 2021.

NEVES, José Luis. Pesquisa qualitativa - Características, usos e possibilidades. **Caderno de pesquisas em administração**, São Paulo, v. 1, n. 3, p. 1-5, 1996.

PEREIRA, Ana Cristina Furtado; FAVARO, Neide de Almeida Lança Galvão. História da mulher no ensino superior e suas condições atuais de acesso e permanência. **EDUCERE: XIII Congresso Nacional de Educação**, Paraná, p. 5527-5542, 2019.

Redação (ed.). **Após 55 anos, Sociedade Brasileira de Física tem 1ª mulher no comando: A professora da Universidade Federal de Santa Catarina também é responsável pelo canal no YouTube "Mulheres na Ciência"**. *In: CLÁUDIA, Revista (org.)*. Brasil, 23 jun. 2021. Disponível em: <https://claudia.abril.com.br/educacao/mulher-presidente-sociedade-brasileira-fisica/>. Acesso em: 6 maio 2022.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS (Brasil). Mulheres são apenas 28% das pesquisadoras em todo o mundo. *In: ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. Notícias*. Brasil, 23 fev. 2016. Disponível em: <http://www.onumulheres.org.br/noticias/mulheres-sao- apenas-28-das-pesquisadoras-em-todo-o-mundo/>. Acesso em: 18 maio 2022.

SCIENTIFIC ELECTRONIC LIBRARY ONLINE. Disponível em: <https://scielo.org/>. Acesso em: 13 jul. 2021.

SCOTT, Joan. "Gênero: uma categoria útil de análise histórica". **Educação & Realidade**. Porto Alegre, vol. 20, no 2, jul./dez. 1995.

SILVA, Fabiane Ferreira da; RIBEIRO, Paula Regina Costa. **Trajetórias de mulheres na ciência: "ser cientista" e "ser mulher"**. *Ciência & Educação (Bauru)*, São Paulo, v. 20, n. 2, p. 449-466, 2014. DOI <https://doi.org/10.1590/1516-73132014000200012>.

SOCIEDADE BRASILEIRA PARA O PROGRESSO DA CIÊNCIA. **Prêmio Carolina Bori Ciência & Mulher**. Brasil. Disponível em: <http://portal.sbpcnet.org.br/premio-carolina-bori-cienciamulher/>. Acesso em 12 mai. 2022

TOSCANO, Luiz Fernando. **A Agronomia através dos tempos**. São Paulo, 2003. Disponível em: <http://www2.feis.unesp.br/irrigacao/dv11112003.php>. Acesso em: 2 mai. 2022.

UCHÔAS, Danielle de Jesus Lobato; GUIMARÃES, Lucélia Tavares. Mulheres na engenharia agrônômica: entre a carreira docente e a carreira nas ciências duras. *In*: GUIMARÃES, Lucélia Tavares; CORDEIRO, Maria José de Jesus Alves (org.). **Docência, diversidade e inclusão**. Mato Grosso do Sul: UEMS, 2020. p. 48-57. ISBN 978-65-86308-01-3.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAZONAS. **Cunhantã Digital**. Amazonas. Disponível: <https://cunhantadigital.icomp.ufam.edu.br/>. Acesso em: 6 mai. 2022.

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO. **Vai ter menina na Ciência**. São Paulo. Disponível em: <http://meninaciencia.each.webhostusp.sti.usp.br/>. Acesso em: 6 mai. 2022.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL. **Meninas na Ciência**. Rio Grande do Sul. Disponível em: <https://www.ufrgs.br/meninasnaciencia/>. Acesso em: 6 mai. 2022.

UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DE PERNAMBUCO. **Departamentos Acadêmicos**. Pernambuco: UFRPE. Disponível em: <http://www.ufrpe.br/br/content/departamentos-acad%C3%AAmicos>. Acesso em: 6 abr. 2022.

UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DE PERNAMBUCO. **Docentes**. *In*: DEPA. Pernambuco: UFRPE. Disponível em: <http://depa.ufrpe.br/br/docentes>. Acesso em: 13 ago. 2021.

UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DE PERNAMBUCO. **Memórias**. Pernambuco: UFRPE. Disponível em: <http://depa.ufrpe.br/br/docentes>. Acesso em: 3 abr. 2022.

UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DE PERNAMBUCO. **UFRPE celebra 105 anos de fundação dos primeiros cursos com programação especial**. Pernambuco: UFRPE, 6 nov. 2017. Disponível em: <http://www.ufrpe.br/br/content/ufupe-celebra-105-anos-de-funda%C3%A7%C3%A3o-dos-primeiros-cursos-com-programa%C3%A7%C3%A3o-especial#:~:text=A%20UFRPE%20celebra%2C%20a%20partir,S%C3%A3o%20Bento%20de%20Olinda%2DPE>. Acesso em: 11 mai. 2022.

VIANNA, Cláudia Pereira. **O sexo e o gênero da docência**. Caderno Pagu, Campinas, p. 83-103, 2002. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/cpa/a/hQFDykQmWnPvj4TYTWYmKZb/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 13 ago. 2021.